

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E FINANCIAMENTO DE PROJETOS
RELACIONADOS À EDUCAÇÃO FÍSICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MATO GROSSO DO SUL**

***EXTENSIÓN UNIVERSITARIA Y FINANCIACIÓN DE PROYECTOS
RELACIONADOS CON LA EDUCACIÓN FÍSICA EN LA UNIVERSIDAD FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL***

***EXTENSIÓN UNIVERSITARIA Y FINANCIACIÓN DE PROYECTOS
RELACIONADOS CON LA EDUCACIÓN FÍSICA EN LA UNIVERSIDAD FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL***



Emanuele Vasconcelos da COSTA¹
e-mail: emanuele_vasconcelos@ufms.br



Alex Caiçara de ALBUQUERQUE²
e-mail: albuquerquealex27@gmail.com



Junior Vagner Pereira da SILVA³
e-mail: jr_lazer@yahoo.com.br

Como referenciar este artigo:

COSTA, E. V.; ALBUQUERQUE, A. C.; SILVA, J. V. P. Extensão universitária e financiamento de projetos relacionados à Educação Física na Universidade Federal de Mato Grosso Do Sul. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 19, n. 00, e024040, 2024. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v19i00.17909>



| **Submetido em:** 30/03/2023

| **Revisões requeridas em:** 13/07/2023

| **Aprovado em:** 17/11/2023

| **Publicado em:** 25/03/2024

Editor: Prof. Dr. José Luís Bizelli

Editor Executivo Adjunto: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande – MS – Brasil. Bolsista de Iniciação Científica do CNPq, estudante do curso de Educação Física da Faculdade de Educação.

² Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande – MS – Brasil. Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET), bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), aluno do Mestrado em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste, Faculdade de Medicina.

³ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande – MS – Brasil. Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET), professor de graduação no curso de Educação Física da Faculdade de Educação; Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Saúde e Desenvolvimento da Região Centro-Oeste da Faculdade de Medicina.

RESUMO: Objetivou investigar o financiamento de projetos de extensão na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Trata de pesquisa exploratória, documental, longitudinal retrospectiva, quantitativa. Foram analisados editais de financiamento (2010-2021), sendo os valores em reais corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor. Foram financiados de 1.535 projetos de extensão, se destacando 2010 (13.49%) e 2017 (11.96%) em número de projetos, com declínio a partir de 2018. No que concerne aos valores financiados, 2017 (R\$799.046,69) e 2018 (R\$909.244,62) apresentaram os melhores resultados e em 2019 (R\$ 317.075,88) e 2021 (R\$77.099,48), elevado declínio. Em relação aos temas vinculados à Educação Física, 5.60% projetos foram contemplados, com destaque ao esporte quando comparado a saúde, atividade física de lazer e ao lazer. Conclui-se que o financiamento de projetos de extensão perpassou por oscilações, estando os temas relacionados a Educação Física presentes, embora em pequena percentagem.

PALABRAS CLAVE: Financiamento. Projetos. Extensão Universitária. Educação Física. Esporte.

RESUMEN: El objetivo de este estudio fue investigar el financiamiento de proyectos de extensión en la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul. Se trata de investigaciones exploratorias, documentales, longitudinales, retrospectivas, cuantitativas. Se analizaron avisos de financiamiento (2010-2021), con valores en reales corregidos por el Índice de Presión del Consumidor. Se financiaron 1.535 proyectos de extensión, destacándose en número de proyectos 2010 (13,49%) y 2017 (11,96%), con descenso a partir de 2018. R\$ 909.244,62 mostraron los mejores resultados y en 2019 (R\$ 317.075,88) y 2021 (R\$ 77.099,48), fuerte descenso. En cuanto a los temas relacionados con la Educación Física, se cubrieron el 5,60% de los proyectos, con énfasis en el deporte en comparación con la salud, la actividad física recreativa y el ocio. Se concluye que la financiación de los proyectos de extensión pasó por oscilaciones, con temas relacionados a la Educación Física presentes, aunque en pequeño porcentaje.

PALABRAS CLAVE: Financiación. Proyectos. Extensión Universitaria. Educación Física. Deporte.

ABSTRACT: Aimed to investigate the funding of extension projects in the context of the Federal University of Mato Grosso do Sul, Brazil. It is an exploratory, documentary, longitudinal, retrospective, quantitative research. The object of analysis were public funding edicts (2010-2021) of extension projects, and the values in reais corrected by the National Consumer Price Index. A total of 1.535 extension projects were financed, standing out 2010 (13.49%) and 2017 (11.96%) in number of projects, with a decline from 2018. Regarding the amounts funded, 2017 (R\$799,046.69) and 2018 (R\$909,244.62) showed the best results and 2019 (R\$317,075.88) and 2021 (R\$77,099.48), a significant decline. Regarding the themes linked to Physical Education, 5.60% projects were contemplated, highlighting the theme sport (37.10%) when compared to health, leisure physical activity and leisure. It is concluded that the funding of extension projects went through oscillations, and the themes related to Physical Education were present, although in small percentage.

KEYWORDS: Financing. Projects. University Extension. Physical Education. Sport.

Introdução

As universidades são instituições de ensino superior que, entre suas obrigações, oferecem ações de ensino, pesquisa e extensão, caracterizadas como pilares universitários.

A extensão como um dos sustentáculos do ensino superior tem sido objeto de pesquisas cujo foco é analisar suas contribuições na aproximação do ensino médio com o ensino superior (Arruda-Barbosa *et al.*, 2019), na formação médica (Gonçalves; Bahia, 2022), em psicologia (Hüning; Oliveira, 2022) e em matemática (Silva; Silva; Julio, 2021), além de relatar a atuação odontológica em terras quilombolas (Soares *et al.*, 2022), a redução de risco de desastres (Sulaiman, Moura, Nogueira, 2022) e a curricularização da extensão na graduação em saúde (Rocha *et al.*, 2019). Também permeou pesquisas relacionadas à Educação Física, analisando o perfil de adesão e barreiras para permanência em um programa de ioga (Gordia *et al.*, 2022), contribuições das atividades universitárias para o envelhecimento ativo (Derhun *et al.*, 2022) e pilates e percepção corporal de estudantes universitários (Souza *et al.*, 2019).

Todavia, estudos relacionados ao financiamento de ações de extensão, sejam elas relacionadas à Educação Física ou outras áreas, são inexistentes, o que indica lacunas importantes no cenário acadêmico a serem sanadas, uma vez que nada se sabe sobre elas. Para que tais ações sejam viabilizadas, é necessário que sejam disponibilizados recursos financeiros, e a compreensão desse mecanismo é de grande importância para o entendimento das políticas educacionais relacionadas à extensão.

A falta de estudos sobre o financiamento de projetos de extensão deixa algumas lacunas abertas, levando os autores deste artigo a questionar: Como tem ocorrido o financiamento de projetos de extensão nas universidades federais? Na última década, o número de projetos e os montantes financiados aumentaram ou diminuíram? Foram desenvolvidas ações de extensão relacionadas à Educação Física? Como as ações relacionadas à Atividade Física de Lazer (APL), Lazer, Saúde e Esporte são encontradas nos projetos de Educação Física?

Para preencher parte das lacunas da literatura e responder às questões acima, esta pesquisa foi desenvolvida. Caracterizado como descritivo, retrospectivo longitudinal e documental, o estudo analisou editais de promoção de ações de extensão na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul no período 2010-2021, utilizando a técnica de análise documental como procedimento analítico.

Portanto, esta pesquisa teve como objetivo investigar o financiamento de projetos de extensão no contexto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Especificamente, objetivou investigar o número de projetos e montantes financiados; diagnosticar projetos

relacionados à Educação Física e às temáticas esporte, lazer, atividade física de lazer (APL) e saúde; analisar a continuidade de projetos relacionados ao esporte, lazer, APL e saúde.

A organização do ensino superior e a política de extensão

O Ensino Superior no contexto brasileiro figura como uma das etapas do ensino, podendo ser promovido por instituições públicas ou privadas (Brasil, 1996), credenciadas de acordo com sua organização e prerrogativas acadêmicas – faculdades, centros universitários e universidades –, todas elas sujeitas à regulamentação do sistema federal de ensino (Brasil, 2017).

As universidades caracterizam-se como instituições multidisciplinares, responsáveis por criar marcos de ensino superior, pesquisa e extensão (Brasil, 1996), sendo a promoção da extensão aberta à participação da população, visando a difusão de conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e de pesquisas científicas e tecnológicas geradas na instituição e almejando, também, a aproximação com a Educação Básica (Brasil, 1996).

A existência de um programa de extensão institucionalizado nas áreas de conhecimento abrangidas pelos seus cursos de graduação (Brasil, 2017) é um dos requisitos para credenciamento e credenciamento de instituições, devendo a política de extensão constar no projeto pedagógico da instituição, um documento que integra o Plano de Desenvolvimento Institucional (Brasil, 2017).

A extensão universitária aparece como uma estratégia importante, pois permite que o conhecimento acumulado e produzido chegue a outros espaços específicos da sociedade na forma de projetos sociais ou ações comunitárias (Sampaio; Freitas, 2010). Pode, também, ser entendido como o ato de ampliar, estender ou alargar, sinaliza qualidades inerentes às realidades extensíveis, pois parte do pressuposto de que o conhecimento ensinado e aprendido não se cristalizará em uma bolha, posto que a apreensão dele apenas fará com que o sujeito perceba sua relevância social, sua inerente qualidade de excelência e o respaldo para sua validade (Prates *et al.*, 2017).

Assim, a extensão configura-se como um pilar pertencente à tríade universitária, seja pelo seu caráter interdisciplinar, ultrapassando os limites territoriais da universidade e estendendo-se a um público amplo e heterogêneo, seja por tratar de questões complexas e suas implicações políticas e sociais (Paula, 2013).

Desta forma, o projeto de uma universidade envolve metas e objetivos que determinam o tipo de mundo e de cidadão que se deseja construir, cabendo à extensão a responsabilidade de viabilizar a reestruturação curricular que integra as disciplinas que compõem a universidade na participação de processos de conhecimento comprometidos com questões sociais, políticas e éticas na luta pela democratização da educação e pela transformação da realidade historicamente elitista e excludente no ensino superior (Andrade; Morosini; Lopes, 2019).

No que diz respeito à sua regulamentação como política, ao contrário do que acontece com a pesquisa, que conta com um órgão de financiamento específico como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a extensão encontra-se num limbo normativo, uma vez que não existe uma norma nacional que a regule e estabeleça critérios de financiamentos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação se limita a afirmar que a extensão poderá receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive bolsas de estudo, ficando o financeiro vinculado a fundos relativos a diversos segmentos das Instituições Federais de Ensino Superior.

As instituições federais de ensino superior e a política de financiamento de extensão

No Brasil, a administração pública é definida de acordo com aspectos funcionais (atividades que dão suporte aos serviços prestados à comunidade) (Paludo, 2010) e aspectos organizacionais (formas como o Estado se estrutura, para que a coletividade possa ser atendida por atividades e serviços da administração pública) (Carvalho, 2020). Dentre os entes que compõem a administração pública estão as Instituições Federais de Ensino Superior financiadas pela União, que gozam de estatuto jurídico especial para atender às suas peculiaridades de estrutura e organização (Brasil, 1996). Ou seja, são entidades que têm a prerrogativa de governar-se (política, administrativa, financeira e pedagogicamente) através de regras próprias no cumprimento dos fins sociais para os quais foram constituídas, tendo, muitas vezes, seus princípios norteados por estatutos e regulamentos. No caso das universidades federais, que são integralmente financiadas pela União, o relacionamento com os órgãos governamentais é mais próximo, mas, mesmo assim, não figuram como órgãos estaduais como os demais, caracterizando-se como uma instituição *sui-generis* (Durhan, 1989).

Por meio de seus administradores e conselhos, observadas as devidas restrições e delimitações impostas pelas rubricas orçamentárias, nos termos autorizados pelo artigo 207 da Constituição Federal Brasileira, gozam de "autonomia didático-científica, de gestão

administrativa e financeira e patrimonial" (Brasil, 1988). Quanto à autonomia financeira, o artigo 54, § 1º da Lei nº 9.394/96 (Brasil, 1996), autoriza

- I - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo respectivo Poder Patrocinador;
- II - elaborar seus orçamentos anuais e plurianuais;
- III adotar regime financeiro e contábil que atenda às suas peculiaridades de organização e funcionamento;
- IV - realizar operações de crédito ou financiamento, mediante aprovação da Agência competente, para aquisição de imóveis, instalações e equipamentos;
- V - efetuar transferências, liquidações e tomar outras providências orçamentárias, financeiras e patrimoniais necessárias ao seu bom desempenho (Brasil, 1996, p. 10).

Para tanto, contam com repasses financeiros do Governo Federal para rubricas específicas, como aquelas destinadas ao fomento de ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão (concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover a cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação em áreas de interesse nacional e regional). As finalidades e o direcionamento dos gastos com esses recursos são orientados pelas normas de vinculação de poder, uma vez que a rubrica não permite a utilização para outros fins que não o fomento de ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão. Portanto, como expõe Carvalho (2020), não dão espaço para escolha.

Contudo, a distribuição desses recursos e os percentuais destinados a cada pilar universitário (ensino, pesquisa e extensão) fica a critério gerencial, ocorrendo de acordo com sua vontade política e priorização de demandas, embora sempre subordinada à lei. A discricionariedade, segundo Carvalho (2020), consiste em uma margem de opções concedida ao administrador público, para que este escolha o caminho mais adequado através do julgamento de conveniência e oportunidade do interesse público, nos limites da lei.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa descritiva, longitudinal, retrospectiva, quantitativa e documental (Gil, 2010), que tem como foco analisar a presença do esporte, do lazer, da AFL e da saúde nos projetos de extensão. A escolha da UFMS como instituição para o desenvolvimento da pesquisa deve-se aos autores estarem vinculados a ela e terem conhecimento sobre a ferramenta de apoio dos editais de fomento à extensão.

O objeto de análise foram os editais de financiamento de projetos de extensão, e os documentos (ou endereços de sua localização) foram obtidos por meio de consulta à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul por meio da plataforma FalaBR. Após resposta da instituição, foi identificado que os editais estavam disponíveis no Boletim Oficial (<https://boletimoficial.ufms.br/>). O período de estudo foi delimitado para 2010-2021, pois as publicações de editais no formato on-line ocorreram a partir de 2010. Chamadas de fluxo contínuo sem financiamento e chamadas ProExt foram descartadas por não serem objeto de investigação.

Considerando que a análise documental busca dar forma e representação de outra forma às informações contidas no documento original através de mecanismos de transformação, para que o observado tenha o máximo de informação (aspecto quantitativo) e com o máximo de relevância (aspecto qualitativo), essa foi a metodologia adotada, limitada à análise categorial semântica, que busca fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos. A categorização opera classificando os elementos constituintes de um conjunto por diferenciação e, posteriormente, reagrupando o gênero por critérios pré-definidos (Bardin, 2016).

Os procedimentos analíticos adotados foram os recomendados por Gil (2010) para análise documental, com adaptação desses às especificidades da presente investigação:

- definição dos objetivos em resposta ao problema de investigação quando da concepção do projeto de investigação: elaborados quando da concepção do projeto de investigação.
- constituição do quadro de referência: o quadro de referência é o guia da análise, promovendo, através da definição de conceitos, a orientação dos investigadores na interpretação dos dados.

Para fins desta pesquisa, o referencial foi: Educação Física: área do conhecimento científico, com produções e ações orientadas por três subáreas – orientadas pelas ciências naturais em subdisciplinas como bioquímica do exercício, biomecânica, fisiologia do exercício, controle motor, aprendizagem e desenvolvimento, nutrição esportiva e treino físico e desportivo

(biodinâmica); orientado pelas ciências humanas e sociais, em subdisciplinas relacionadas ao esporte, práticas corporais e atividade física nas perspectivas da sociologia, antropologia, história e filosofia (sociocultural) e formação de professores, desenvolvimento curricular, métodos de ensino e pedagogia do esporte, metodológica, social, aspectos políticos e filosóficos da educação (pedagógicos) (Manoel; Carvalho, 2011).

- seleção dos documentos a serem analisados: a presente investigação trabalhou com a seleção e análise de todos os editais. Os editais e resultados finais de financiamentos para projetos de extensão foram pesquisados no *Boletim de Serviços Oficial*, utilizando a palavra-chave "extensão". Os convites à apresentação de propostas correspondentes foram baixados de um banco de dados on-line em um *drive* compartilhado.
- construção de um sistema de categorias: as categorias consistem em termos-chave que indicam o significado central do conceito. Para tanto, foram elencadas cinco categorias (atividade física de lazer, esporte, lazer, saúde e outras). Na análise, foram aplicados os critérios de completude, exclusividade mútua, homogeneidade e objetividade.
- definição de unidades de análise: adotou-se a unidade de registro, relacionada aos temas atividade física de lazer, esporte, lazer, saúde e outros. Com base nos objetivos e problema da pesquisa, foram analisados os títulos dos projetos incluídos nos editais, sendo selecionados apenas aqueles que de alguma forma se relacionassem com a Educação Física como área do conhecimento. Além das informações relativas ao título, foram compilados dados quantitativos disponíveis em forma de tabelas – valor total financiado, por elemento de despesa (auxílio, ingresso, consumo, diárias, pessoa jurídica, capital), valor da bolsa e prazo de validade, mês de início e término –, transcrito para planilha Excel. Considerando que a pesquisa se concentrou em uma análise longitudinal, abrangendo 11 anos, os valores financeiros foram corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor. Posteriormente, para a próxima fase da pesquisa, foram analisados apenas projetos cujos títulos estivessem de alguma forma relacionados à Educação Física.
- definição de regras de enumeração: presença no título da palavra ou de elementos relacionados a uma das categorias de análise (atividade física de lazer, esporte, lazer e saúde). Aqueles que numa primeira análise foram identificados como relacionados à Educação Física, mas não contemplavam nenhum dos quatro temas acima, foram enquadrados em outros.

- teste de confiabilidade: análise dos documentos duas vezes pelo mesmo pesquisador, a fim de evidenciar a existência ou ausência de contradições entre as análises.
- tratamento dos dados: análise de frequência por meio da contagem do número de vezes que os projetos foram relacionados a um dos temas analisados.
- interpretação dos dados: análise crítica dos dados, confrontando a literatura sobre o tema, a fim de avançar nas reflexões sobre o tema.

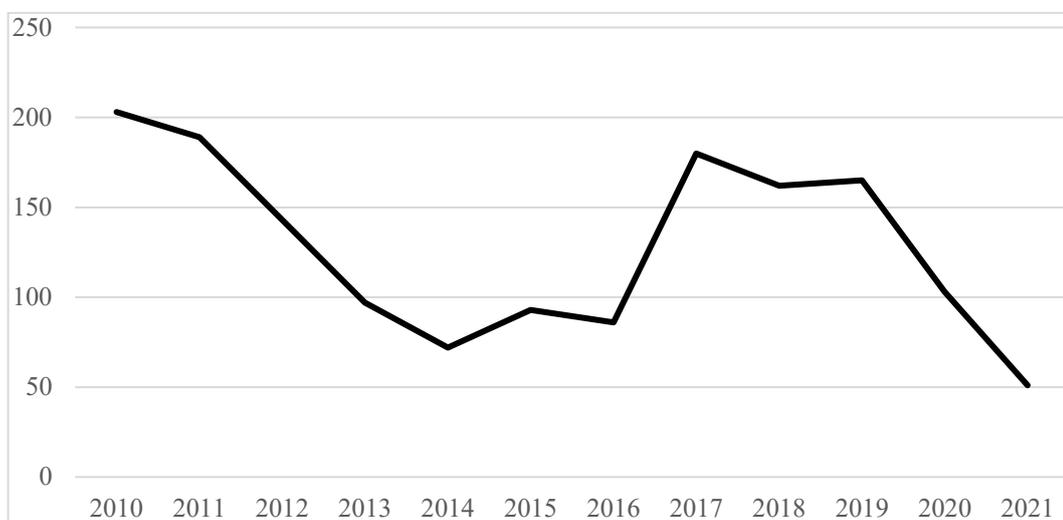
Resultados e discussão

Os resultados indicam que a instituição promoveu projetos de extensão em todos os anos analisados, totalizando 1.535 projetos. Essa constatação surge como um elemento importante, haja vista que as ações de extensão possibilitam que os conhecimentos obtidos por meio das disciplinas que compõem os currículos dos diversos cursos da instituição e que o conhecimento científico produzido, seja disponibilizado à comunidade, favorecendo, inclusive, que os alunos tem a possibilidade de agir.

Segundo Sampaio e Freitas (2010), a extensão universitária figura como uma estratégia importante, visto que é responsável por permitir que o conhecimento acumulado e produzido chegue a outras áreas específicas da sociedade, seja na forma de projetos sociais, seja na forma de ações comunitárias.

Ao longo do período analisado, 2010 (N203; 13,49%) e 2017 (N180; 11,96%) tiveram o maior número de projetos aprovados. Contudo, como ilustra a Figura 1, entre 2011-2014 e 2019-2021, ocorreram descidas acentuadas.

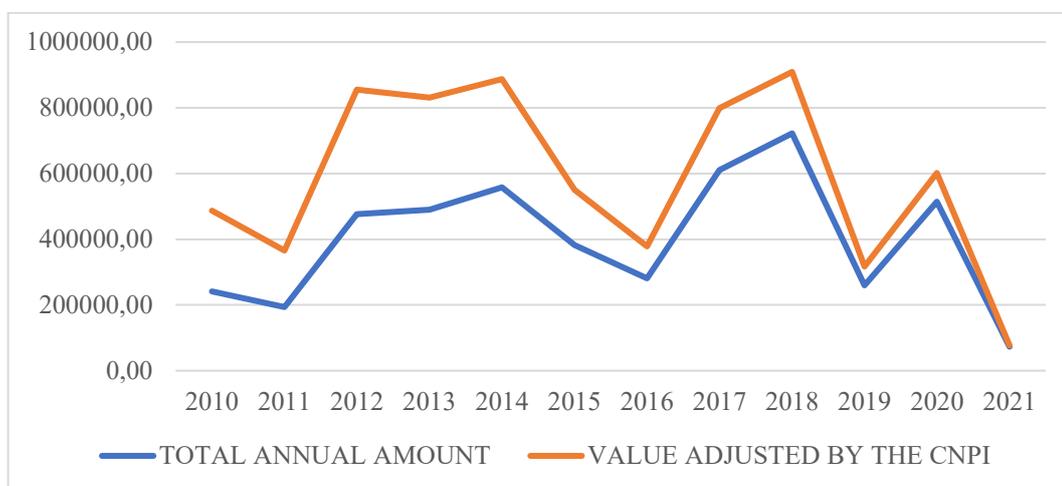
Figura 1 - Número de projetos de extensão aprovados na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (2010-2021)



Fonte: Elaboração dos autores.

Em relação aos valores investidos, de 2010 (R\$ 486.844,72) a 2011 (R\$ 365.832,81) houve um declínio, seguido de um forte aumento em 2012 (R\$ 855.267,38), seguido de um aumento e atingindo os maiores recursos em 2018 (R\$ \$ 909.244,62). Porém, 2019 (R\$ 317.075,88), 2020 (R\$ 601.490,44) e 2021 (R\$ 77.099,48), registraram quedas acentuadas, demarcando 2021 e 2019 como aqueles com menores investimentos.

Figura 2 - Financiamentos aprovados para projetos de extensão na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (2010-2021)



Fonte: Elaboração dos autores.

É evidente que o número de projetos aprovados e os valores financiados oscilaram ao longo do período, mas o aumento (ou diminuição) do financiamento não decorre do número de projetos aprovados, pois como 2010 foi o ano com maior aprovação de projetos, mas o quinto com menor investimento. Por outro lado, 2018 foi o primeiro em financiamento e o quarto em número de projetos aprovados e, 2014, o segundo em financiamento, mas o décimo primeiro em número de projetos aprovados.

As Universidades Federais possuem três tipos de receitas – governamentais, convênios e arrecadação própria –. As receitas do governo são oriundas de repasses do Ministério da Educação na forma de rubricas, nas quais as aplicações dos valores ficam restritas ao que cada ação orçamentária estabelece. No caso dos projetos de extensão, estão presentes na ação orçamentária 20GK (Promoção de ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão). Portanto, a magnitude dos valores aplicados nas ações de extensão em cada universidade está condicionada aos valores liberados pelo governo federal para a ação orçamentária 20GK.

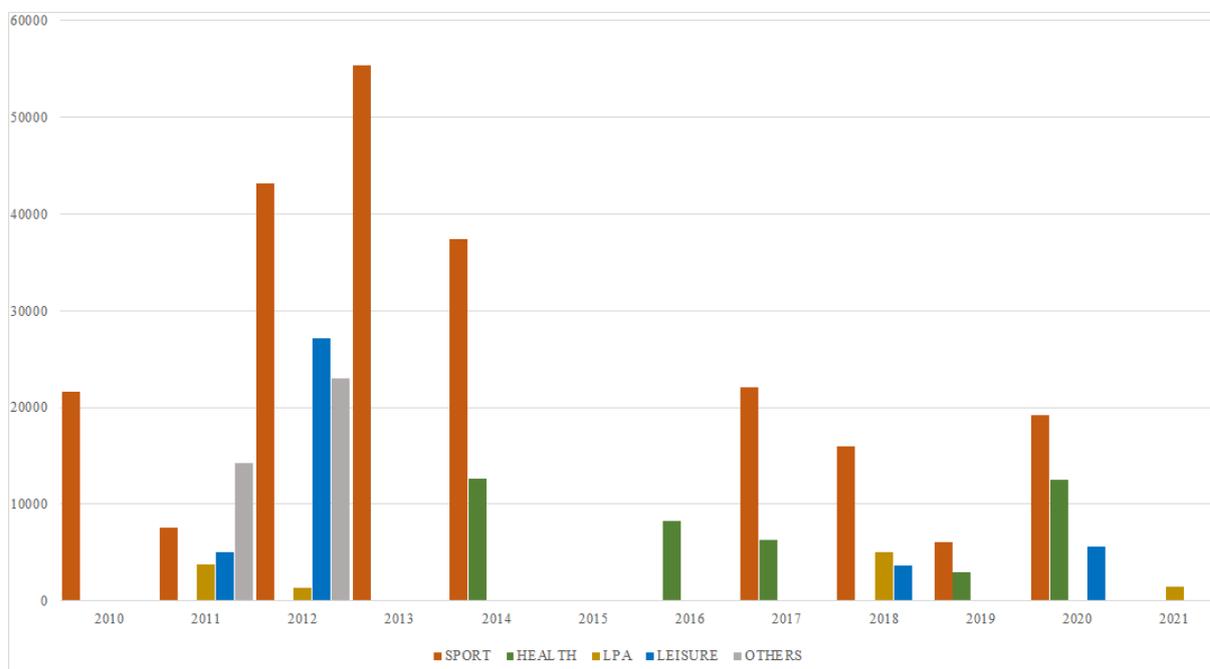
Os valores a serem liberados anualmente para a ação orçamentária são previstos por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA), com aprovação no legislativo e executivo nacional, figurando como previsão de financiamento. Porém, apesar de estar previsto na LOA, o executivo federal poderá, por vontade política ou necessidade de contenção devido ao teto de gastos, mitigar e liberar menos do que o esperado.

Portanto, a oscilação dos valores financiados pode estar relacionada à magnitude dos recursos liberados (ou retidos) pelo governo federal às Instituições Federais de Ensino Superior no período analisado. É de conhecimento público que em 2019 e 2021 (anos em que o financiamento obteve menor montante de recursos), o Governo Federal, por meio do decreto n. A Lei 9.741/2019 impôs o corte de R\$ 17,793 bilhões às universidades federais, o que representou 24,84% das despesas não obrigatórias (Brasil, 2019) e, em 2021, o bloqueio de 2,7 bilhões (Brasil, 2021), demarcando assim a posição de um governo ultraliberal, que desvaloriza a relevância da educação no contexto de transformação sociocultural e econômica do país, o que refletiu negativamente não só nas ações de extensão, mas também no ensino e na pesquisa.

Paralelamente ao modelo político adotado pelo governo federal brasileiro no período 2018-2022, deve-se considerar os efeitos econômicos da COVID-19 sobre os recursos públicos, uma vez que a pandemia exigiu maior contribuição à saúde no período, o que também pode explicar os cortes promovido pelo governo federal e, conseqüentemente, menores investimentos em extensão em 2021.

Ao comparar o número de projetos e valores aprovados em cada ano, fica evidente que, assim como ocorreu com o total de projetos de extensão, para aqueles específicos das temáticas da Educação Física, o valor aprovado não aumentou em função do número de projetos, já que em 2013 houve o maior investimento na temática esporte (R\$ 55.391,74), embora tenha um dos menores números de projetos (3). Em contrapartida, 2010 e 2011 tiveram o maior número de projetos relacionados ao tema (9), mas menor investimento, respectivamente R\$ 21.578,54 e R\$ 7.572,89.

Figura 3 – Financiamentos aprovados para projetos de extensão da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul para temas relacionados à Educação Física (2010-2021)



Fonte: Elaboração dos autores.

Portanto, o número de projetos não garantiu maior investimento, da mesma forma que a diminuição do número de projetos não resultou em menos recursos, o que pode estar relacionado com a especificidade de cada projeto (objetivo dos sujeitos a serem atendidos, projeto duração, frequência do atendimento, tipo de atendimento) e as demandas que exigem em relação ao número de bolsas, financiamentos, passagens, diárias, apoio ao pesquisador, entre outros recursos financeiros.

Quanto aos projetos relacionados à Educação Física, 86 foram financiados ao longo do período analisado, o que representa 5,60% do total. Em 2011 (24,15%) registou-se o maior

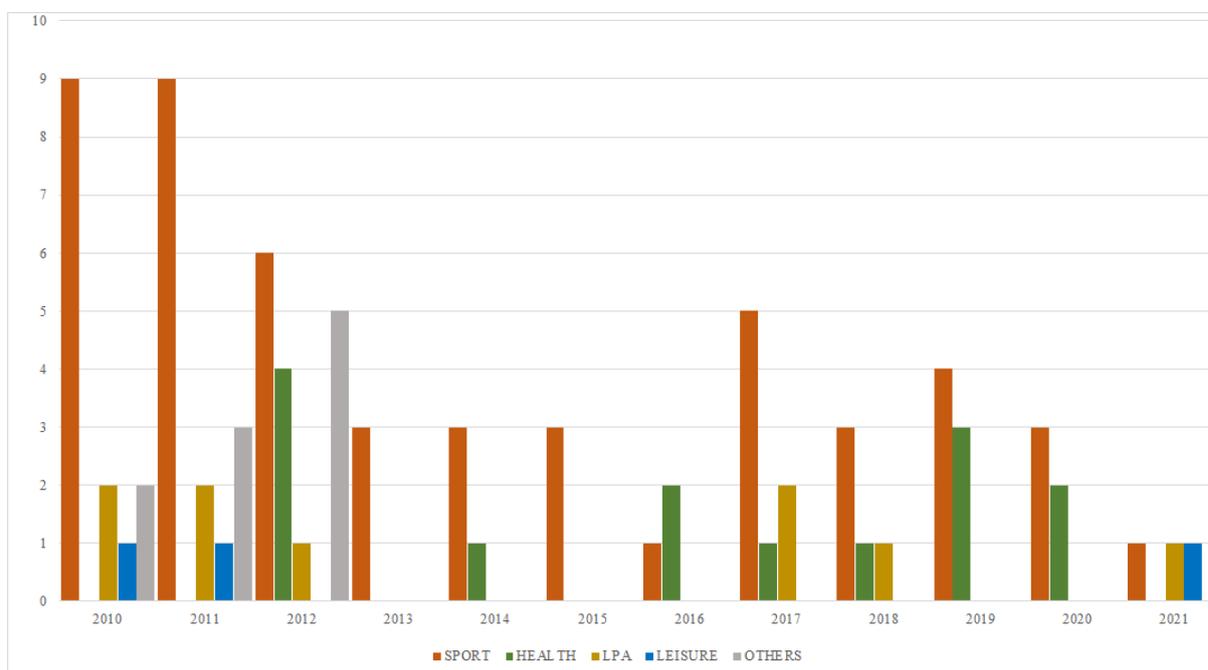
número de projetos financiados e em 2021, o menor (0,51%). Considerando que os projetos são demandados pelo interesse do funcionário em desenvolvê-los, os dados sugerem uma diminuição dos projetos relacionados à Educação Física em relação às ações nesta dimensão da tríade universitária, o que pode ter sido um efeito dominó das medidas de cortar recursos federais.

Se, por um lado, o desenvolvimento de atividades de extensão aproxima a universidade dos grupos sociais (Silva, 2021), por outro lado, o declínio no número de projetos de extensão relacionados à Educação Física e o baixo número de propostas vinculadas à a área pode resultar em prejuízos à formação dos alunos do curso, haja vista que a inserção dos alunos no serviço comunitário com a aplicação de conhecimentos provenientes da produção científica e das disciplinas figuram como experiência com as diferentes temáticas que abrangem a formação em Educação Física.

A relevância da inserção e participação dos estudantes de Educação Física em projetos de extensão tem sido evidenciada na literatura, pois é positiva para o desenvolvimento do planejamento das aulas (Chiva-Bartoll; Capella-Peris; Pallarès-Piquer, 2018), sistematização e aplicação de conhecimentos obtidos com a matriz curricular (Cañadas, 2021), melhoria do conhecimento pedagógico dos conteúdos (Galvan; Meaney; Gray, 2018) e gestão de alunos (Corbatón-Martínez *et al.*, 2015). Além disso, corrobora o compromisso com as questões sociais (Silva, 2021).

Entre os temas específicos da Educação Física (esporte, lazer, APL e saúde), aqueles relacionados ao esporte (37,10%), quando comparados à saúde (11,59%), APL (6,40%) e lazer (1,98%), obtiveram a maior número de projetos. Conforme ilustrado na Figura 4, com exceção de 2016, os projetos de extensão relacionados ao esporte predominaram em todos os anos.

Figura 4 – Projetos de extensão relacionados à Educação Física aprovados na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2010-2021)



Fonte: Elaboração dos autores.

Essa conquista pode estar relacionada ao fato do esporte ser um dos maiores fenômenos da modernidade, destacando-se nas experiências de lazer da população brasileira (Brasil, 2015). Especificamente, há um predomínio de projetos voltados ao incentivo ao esporte universitário, o que aparece como um elemento importante, tendo em vista que o esporte é uma importante ferramenta de socialização e pode corroborar com uma maior permanência dos estudantes no contexto universitário.

Outro elemento importante a considerar é que foram poucos os projetos de extensão relacionados ao APL. Situação semelhante foi evidenciada nos Estados Unidos, onde poucos sistemas de extensão incluíram AFL em seus planos estratégicos (Harden *et al.*, 2016), o que pode resultar em prejuízos para a sociedade, uma vez que atuam positivamente em relação ao apoio social, percepção de bem-estar, melhor saúde e disposição para realizar atividades diárias (Erickson *et al.*, 2010), podem favorecer a incorporação desse componente no hábito e estilo de vida das pessoas da comunidade envolvida (Harden *et al.*, 2016) e trazer diversas contribuições à saúde da população, como reduzir riscos de doenças e melhorar a saúde (Gallaway; Hongu, 2015), embora não se limitem a estes, pois além dos benefícios biofisiológicos, efeitos positivos no desenvolvimento social, intelectual, afetivo, político e cultural também foram evidenciados (Piggin, 2020).

Quanto à continuidade dos projetos relacionados à Educação Física, evidenciou-se que apenas 4 tiveram maior longevidade - Futsal é federal - 5 anos (2011-2015), Projeto Unika Dança Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - 4 anos (2012-2015), Incluir pelo Esporte – 4 anos (2018-2021) e Bailah – Grupo Coreográfico eles Dança de Salão - 3 anos (2011-2013).

A continuidade dos projetos ao longo de vários anos é importante, pois permite um maior desenvolvimento e avanço nos níveis de aprendizagem. Além disso, dado o fato que a Universidade é parte de um contexto de transição que leva em média de 4 a 7 anos, a manutenção desses projetos permite que vários alunos tenham experiências, atuando à frente do projeto como bolsistas, bem como em outros como usuários.

Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo investigar o financiamento de projetos de extensão no contexto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, utilizando análise documental (editais) no período 2010-2021. O manuscrito contribui para as discussões sobre um tema ainda pouco explorado na literatura, uma vez que poucos estudos têm se dedicado a analisar o financiamento de ações de extensão em universidades federais. Por outro lado, abre discussões sobre ações de extensão relacionadas à Educação Física, uma vez que a literatura até então nada revelava sobre esta área.

Conclui-se que ao longo do período analisado ocorreram oscilações no número de projetos e recursos aprovados, com queda nos últimos 3 anos. A variação no número de projetos pode estar relacionada ao interesse da comunidade universitária em apresentar projetos (número de projetos aprovados), bem como à quantidade de recursos que são disponibilizados, sendo o modelo político adotado pelo presidente brasileiro e a COVID-19 a hipótese mais provável quanto à diminuição de financiamentos e projetos em 2019 e 2021. Conclui-se também que a Educação Física ocupou uma pequena parcela dos projetos aprovados, o que pode resultar em menos possibilidades de os alunos aplicarem os conhecimentos obtidos ao longo da sua formação com a comunidade e, por sua vez, privando a comunidade do acesso aos serviços de extensão, entre eles, os relacionados ao esporte, à AFL, à saúde e ao lazer.

Por se tratar de dados preliminares, ainda não é possível uma conclusão assertiva sobre os condicionantes, uma vez que os dados obtidos precisam ser contrastados com o número de projetos apresentados e os valores repassados anualmente às universidades pelo Ministério da Educação, o que permitirá uma melhor compreensão se o quadro resulta da diminuição do

interesse dos servidores em submeter projetos aos editais financiados; menor espaço dado à extensão na agenda política ou priorização de um investimento mais robusto em menor número de projetos por parte da gestão de cada universidade; ou consequência dos modelos de políticas sociais adotados no país em cada presidente.

Por fim, reconhece-se a limitação do estudo, especialmente por se tratar de dados exclusivos de uma instituição, sendo necessário que, para afirmações mais conclusivas sobre a política de extensão, novos estudos sejam desenvolvidos. Esses estudos desenvolveriam a comparação entre o número de projetos apresentados e aprovados no período, bem como os recursos financiados, a fim de melhor compreender a dinâmica da política nacional de extensão.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. M. M.; MOROSINI, M. C.; LOPES, D. O. A extensão universitária na perspectiva da universidade do encontro. **Em Aberto**, [S.l.], v. 32, n. 106, p. 117-131, 2019. DOI: 10.24109/2176-6673.emaberto.32i106.4470. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/4229>. Acesso em: 10 jun. 2022.

ARRUDA-BARBOSA, L.; SALES, M. C.; SOUZA, I. L. L.; GONDIM-SALES, A. F.; SILVA, G. C. N.; LIMA-JÚNIOR, M. M. Extensão como ferramenta de aproximação da universidade com o ensino médio. **Caderno de pesquisa**, [S.l.], v. 49, n. 174, p. 316-327, 2019. DOI: 10.1590/198053146465. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/FYkF49Sc8pFmvQR68z3dyhg/?lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira**. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, 1988.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, seção 1, p. 27833, 1996.

BRASIL. **Diagnóstico Nacional do Esporte**. Brasília, DF: Ministério do Esporte, 2015. Disponível em: <http://arquivo.esporte.gov.br/diesporte/>. Acesso em: 15 dez. 2022.

BRASIL. Decreto n.º 9.741 de 29 de março de 2019. Altera o Decreto n.º 9.711, de 15 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2019 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, seção 1, p. 1, 2019.

BRASIL. Decreto n.º 10.686, de 22 de abril de 2021. Dispõe sobre o bloqueio de dotações orçamentárias primárias discricionárias e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, seção 1, p. 24, 2021.

BRASIL. Decreto n.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, seção 1, p. 2, 2017.

CAÑADAS, L. Aprendizaje-Servicio universitario en contextos de actividad física, educación física y deporte: una revisión sistemática. **Educ Pesqui.**, [S.I], v. 47, p. e237446, 2021. DOI: 10.1590/S1678-4634202147237446. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/WsWWDJhY4WYPRwxRmwpWZkR/abstract/?lang=es>. Acesso em: 20 jan. 2023.

CARVALHO, M. **Manual do direito administrativo**. Salvador, BA: JusPodivm, 2020.

CHIVA-BARTOLL, Ò.; CAPELLA-PERIS, C.; PALLARÈS-PIQUER, M. Investigación-acción sobre un programa de aprendizaje servicio en la didáctica de la educación física. **Rev Investig Educ.**, [S.I], v. 36, n. 1, p. 277-293, 2018. DOI: 10.6018/rie.36.1.270581. Disponível em: <https://revistas.um.es/rie/article/view/270581>. Acesso em: 15 jan. 2023.

CORBATÓN-MARTÍNEZ, R.; MIRAVET, L. M.; PUIG, M. M.; GÓMEZ, J. G.; CHIVABARTOLL, Ó. Efectos académicos, culturales, participativos y de identidad del ApS en futuros maestros a través de la Educación Física. **Profesorado**, [S.I], v. 19, n. 1, p. 280-297, 2015. Disponível em: <https://revistaseug.ugr.es/index.php/profesorado/article/view/18621>. Acesso em: 11 dez. 2022.

DERHUN, F. M.; SCOLARI, G. A. S.; RISSARDO, L. K.; SALCI, M. A.; LLOBET, M. P.; CARREIRA, L. Contributions of university activities to active aging: grounded theory. **Rev Esc Enferm USP**, [S.I], v. 56, e20210237, 2022. DOI: 10.1590/1980-220X-REEUSP-2021-0237. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/XMs96p55TMxsbLg4LmJdsjC/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

DURHAN, E. R. **A Autonomia Universitária: o Princípio Constitucional e suas implicações**. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da USP, 1989.

ERICKSON, M.; HODGKISS, K.; KEY, J.; BROWN, G.; GOINS, R. T.; JONES, D. L. Participants' attitudes, opinions, and beliefs of a physical activity program in West Virginia. **Journal of Extension**, [S.I], v. 48, n. 3, 2010. Disponível em: <https://archives.joe.org/joe/2010june/rb3.php>. Acesso em: 18 nov. 2022.

GALLAWAY, P. J.; HONGU, N. Physical Activity: A Tool for Improving Health (Part 1—Biological Health Benefits). **Journal of Extension**, [S.I], v. 53, n. 6. 2015. Disponível em: <https://tigerprints.clemson.edu/joe/vol53/iss6/17/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

GALVAN, C.; MEANEY, K.; GRAY, V. Examining the reciprocal nature of service-learning for underserved students and preservice teachers. **J Teach Phys Educ.**, [S.I], v. 37, n. 4, p. 363-372, 2018. Disponível em: <https://journals.humankinetics.com/view/journals/jtpe/37/4/article-p363.xml>. Acesso em: 7 dez. 2022.

GIL, A. **Métodos e técnicas e pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, L. D.; BAHIA, S. H. A. Multicampi saúde da criança: contribuições extensionistas na formação médica no norte do Brasil. **Saúde em Debate**, [S.I.], v. 46, n. especial, p. 260-269, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/DxbkxB5H4TqFGbN4pswvVhS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2023.

GORDIA, A. P.; SANTOS, J.; SANTOS, A. J.; RIBAS, F. Q.; GALVÃO, H. S.; PEREIRA, M. M.; SANTOS, D. F. C.; QUADROS, T. M. B. Relação entre o perfil de adesão e as barreiras para a permanência no programa de extensão "yoga: awaken one". **Arq. Ciências Saúde UNIPAR**, [S.I.], v. 26, n. 1, p. 33-45, 2022. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1362669>. Acesso em: 15 jul. 2023.

HARDEN, S. M.; LINDSAY, A.; EVERETTE, A.; GUNTER, K. B. Systematic Review of Physical Activity Objectives in Extension Systematic Review of Physical Activity Objectives in Extension Strategic Plans: Findings and Implications for Improved Public Strategic Plans: Findings and Implications for Improved Public Health Impact. **Journal of Extension**, [S.I.], v. 54, n. 5, 2016. DOI: 10.34068/joe.54.05.12. Disponível em: <https://tigerprints.clemson.edu/joe/vol54/iss5/12>. Acesso em: 11 nov. 2022.

HÜNING, S. M.; OLIVEIRA, E. C. S. Contribuições para uma formação em psicologia integrada à política de assistência social. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.I.], v. 42, e234060, 2022. DOI: 10.1590/1982-3703003234060. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/4TFjht8KCFp7sBqqLYc8Kgb/?lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2023.

MANOEL, E. J.; CARVALHO, Y. M. Pós-graduação na educação física brasileira: a atração (fatal) para a biodinâmica. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 389-406, p. 390-406, 2011. DOI: 10.1590/S1517-97022011000200012. Disponível em: 10.1590/S1517-97022011000200012. Acesso em: 15 jul. 2023.

PALUDO, A. V. **Administração pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

PAULA, J. A. de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, [S.I.], v. 1, n. 1, p. 5-23, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18930>. Acesso em: 15 jul. 2023.

PIGGIN, J. What is physical activity? A holistic definition for teachers, researchers and policy makers. **Front Sports Act Living**, [S.I.], v. 2, p. 1-7, 2020. DOI: 10.3389/fspor.2020.00072. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7739796/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

PRATES, E. R.; VIANA, H. B.; PRATES, E. M. O.; LANDIM, A. Extensão, Pesquisa e Ensino: Indissociáveis? **Lecturas: Educación Física y Deportes, Revista Digital**, [S.I.], v. 22, n. 230, p. 12-4, 2017. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd230/ensino-pesquisa-e-extensao-indissociaveis.htm>. Acesso em: 20 dez. 2022.

ROCHA, S. P.; PONTE NETO, O. A.; FARIAS, Q. L. T.; MACIEL, G. P.; SILVA, Í. A. B.; TEIXEIRA, J. I. S.; CAVALCANTE, A. S. P.; VASCONCELOS, M. I. O. A curricularização da extensão na graduação em saúde: a experiência de um curso de Enfermagem. **Saúde Redes**, [S.I.], v. 5, n. 3, 275-283, 2019. DOI: 10.18310/2446-4813.2019v5n3p275-283.

Disponível em: <http://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/rede-unida/article/view/2440>.

Acesso em: 11 jul. 2023.

SAMPAIO, J.; FREITAS, L. G. Educação Superior: Princípios, Finalidades e Formação Continuada de Professores. In: J. SAMPAIO (ed). **A indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão**. Brasília: Editora Liber Livro LTDA, 2010. p.13-32.

SILVA, J. V. P. Avaliação do programa segundo tempo universitário em uma universidade federal em Campo Grande/MS/Brasil. **Rev Bras Ciênc Esporte**, [S.I.], v. 43, p. e009621, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbce/a/H8rBJJCrhMgXZ4hZ4XYjN8w/?lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2022.

SILVA, N.; SILVA, G. H. G.; JULIO, R. S. Contribuições para a formação inicial de professores de matemática a partir de seu envolvimento em um projeto extensionista direcionado ao público idoso. **Bolema**, Rio Claro, v. 35, n. 70, p. 766-793, 2021. DOI: 10.1590/1980-4415v35n70a11. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/bolema/a/jqYvtMXB7jZhG9pQDS7cHSw/>. Acesso em: 12 jul. 2023.

SOARES, A. K.; LAGES, I.; CHAGAS, M. V. S.; VITOR, P. R. R. Ação odontológica de extensão universitária em terras quilombolas: relato de experiência. **Revista Saúde em Redes**, [S.I.], v. 8, n. 2, 2022. DOI: 10.18310/2446-4813.2022v8nsup2p69-83. Disponível em: <http://revista.redeunida.org.br/ojs/index.php/rede-unida/article/view/3569>. Acesso em: 16 jul. 2023.

SOUZA, S. M. O.; OLIVEIRA, B. C.; SILVA, C. S. E.; SOUSA, L. G. L. F.; SILVA, V. M. B.; PAIVA, S. S. C.; TORRES, M. V. Projeto de extensão de Pilates na percepção corporal de universitários: estudo qualitativo. **Rev. Pesqui. Fisioter**, [S.I.], v. 9, n. 4, p. 480-486, 2019. DOI: 10.17267/2238-2704rpf.v9i4.2529. Disponível em:

<https://www5.bahiana.edu.br/index.php/fisioterapia/article/view/2529>. Acesso em: 13 jul. 2023.

SULAIMAN, S. N.; MOURA, R. B.; NOGUEIRA, F. R. Da geotecnia para a gestão participativa: uma análise crítica de projetos de extensão universitária com o foco na redução de risco de desastre. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, [S.I.], v. 14, e20210118, 2022. DOI: 10.1590/2175-3369.014.e20210118. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/urbe/a/MvYSJ7LtTqGXhjd9rN7kRpJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2023.

CRedit Author Statement

Agradecimentos: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para concessão de bolsa de Iniciação Científica ao primeiro autor e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional, para concessão de bolsa do Programa de Educação Tutorial ao segundo e terceiro autor. Este estudo foi financiado em parte pela *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código Financeiro 001*”.

Conflitos de interesses: Não há conflito de interesses.

Aprovação ética: Por se tratar de estudo documental, não foi necessário submetê-lo ao Comitê de Ética em Pesquisa.

Disponibilidade de dados e materiais: Nenhum.

Contribuição dos autores: O primeiro e o segundo autores contribuíram na coleta, análise e interpretação dos dados; escrita do texto. O terceiro autor esteve envolvido na concepção da pesquisa, orientação, correções e redação da versão final (terceiro autor).

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

